



Jorge Lacão Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

VIOLÊNCIA DE GÉNERO

A PRÁTICA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

Gostaria de começar por agradecer o convite que me foi endereçado, enquanto responsável pelas políticas de Igualdade de Género, para escrever sobre a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF), considerando fundamental começar por referir que esta se enquadra num conceito mais alargado de Violência de Género, cujo combate tem sido uma constante no mandato do actual governo.

A Violência de Género considera os estereótipos que estão na base das construções sociais e culturais dos papéis de homens e mulheres e que, na maior parte das vezes, traduzem uma desvalorização do papel social das mulheres relativamente ao dos homens. Esta desvalorização conduz a várias situações de desigualdade e discriminação, entre as quais se destacam os actos de violência contra as mulheres.

A MGF é uma prática tradicional que causa danos irreparáveis na saúde das mulheres conduzindo, muitas vezes, à sua morte. Se durante muito tempo o combate a esta prática foi considerado uma intrusão em costumes tradicionais de outros povos, hoje este combate é assumido por um conjunto diversificado instrumentos internacionais subscritos por Portugal, no quadro europeu e mundial.

Portugal integra as preocupações da comunidade internacional adoptando esses princípios na sua legislação, bem como em diversos documentos nacionais. Destacaria, nomeadamente, que na recente revisão do Código Penal considera-se uma ofensa à integridade física grave o acto praticado sobre o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a, nomeadamente, tirar-lhe ou afectar-lhe a fruição sexual (artigo 144.º).

O III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2013), refere na Área dedicada exclusivamente às questões da violência de género, a mutilação genital feminina, fazendo-se referência à necessidade de promover um maior conhecimento sobre esta prática.

Além destes instrumentos, a política de promoção da igualdade de género é prosseguida no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de forma transversal, nas várias Agendas Temáticas. A Agenda para o Potencial Humano, ao colocar as pessoas no centro dos seus objectivos, visando a inclusão social e as condições para a valorização de uma cidadania plena, não poderia passar ao lado do combate e prevenção do fenómeno da violência de género. Assim,

o Eixo VII do Programa Operacional do Potencial Humano – Igualdade de Género – inclui a prevenção da Violência de Género como um dos seus cinco objectivos específicos, consagrando uma tipologia de intervenção a esta temática.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) cerca de 6 mil meninas e mulheres estão todos os dias expostas ao risco de mutilação genital feminina, 3 milhões são sujeitas a potenciais situações de mutilação todos os anos, e cerca de 140 milhões de mulheres e crianças já o foram. É ainda de referir que, segundo a OMS, Portugal é considerado

um país de risco, uma vez que existem comunidades migrantes residentes em Portugal provenientes de países onde a MGF existe.

Consciente desta realidade, o actual executivo decidiu integrar no III Plano Nacional – Cidadania e Género (2007-2010) o I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, que teve a sua apresentação pública no passado dia 6 de Fevereiro.

O I Programa de Acção para a Eliminação da MGF resulta de uma iniciativa da sociedade civil que foi capaz de juntar no grupo que durante cerca de um ano trabalhou na sua elaboração tanto instituições públicas relevantes neste domínio, como Organizações Não Governamentais e Intergovernamentais. O grupo intersectorial para a elaboração do I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina tem agora a tarefa de acompanhar a implementação deste ambicioso Programa, que propõe 25 actividades organizadas em torno de 4 Medidas, e que tem como objectivos, nomeadamente, prevenir a prática da MGF bem

como apoiar as jovens e mulheres que foram submetidas a mutilações genitais, assim como as suas famílias e comunidade de pertença.

Terminaria, realçando que o grupo intersectorial responsável pela elaboração e agora implementação deste Programa de Acção constitui-se como um bom exemplo das sinergias que se podem estabelecer entre poderes públicos e a sociedade civil de forma a encontrar modelos inovadores que penetrem e transformem as dinâmicas sociais que têm conduzido a que no século XXI se assista a esta forma de discriminação e atroz violação dos direitos humanos.



O I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina teve a sua apresentação pública no passado dia 6 de Fevereiro.